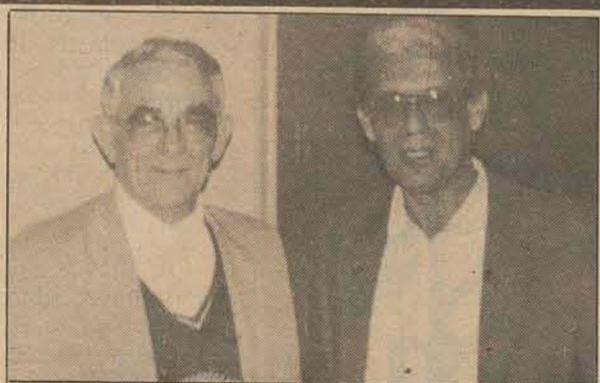


## Nova República tenta impedir

### debate sobre

## Constituinte

(Pág. 3)



Dom José Gomes e Jaison Barreto participaram de debate, promovido em Chapecó, pela FUNDEST, sobre a Constituinte. Nas páginas 4 e 5 desta edição, a síntese de suas posições sobre a participação do povo brasileiro na futura Constituição do país.

*Trabalhadores  
têxteis rompem  
arrocho salarial*

Pág.11

*Violência aumenta  
em Santa Catarina  
e preocupa OAB*

Pág.9

# Pacote arruína agricultores

Pág. 5

# PELA PAZ

Jaison Barreto.

**E**nquanto eram promovidas manifestações pela paz e pelo fim da corrida armamentista, o Brasil inteiro tomou conhecimento, através de reportagem da FOLHA DE SÃO PAULO, no início do mês passado, de que o Estado Maior das Forças Armadas — EMFA — está empenhado no desenvolvimento de experimentos nucleares com objetivos nada pacíficos.

Especulações nesse sentido não são novidade e há muito tempo a imprensa vem registrando fatos que desmentidos tímidos das autoridades militares brasileiras não são suficientes para nos tranquilizar.

Todos temos plena consciência do absurdo que significa a entrada de nosso país no

processo de utilização da energia atômica para fins militares. Os depoimentos dos mais eminentes cientistas e as obras de ficção do cinema e da literatura nos dão conta exata dos horrores de um conflito nuclear. E nossa preocupação aumenta quando se sabe que toda e qualquer decisão nessa área permanece nas

mãos de um pequeno grupo de generais, brigadeiros e almirantes, com o próprio Presidente da República admitindo publicamente desconhecer completamente as experiências que vêm sendo realizadas na serra do Cachimbo, no sul do Pará.

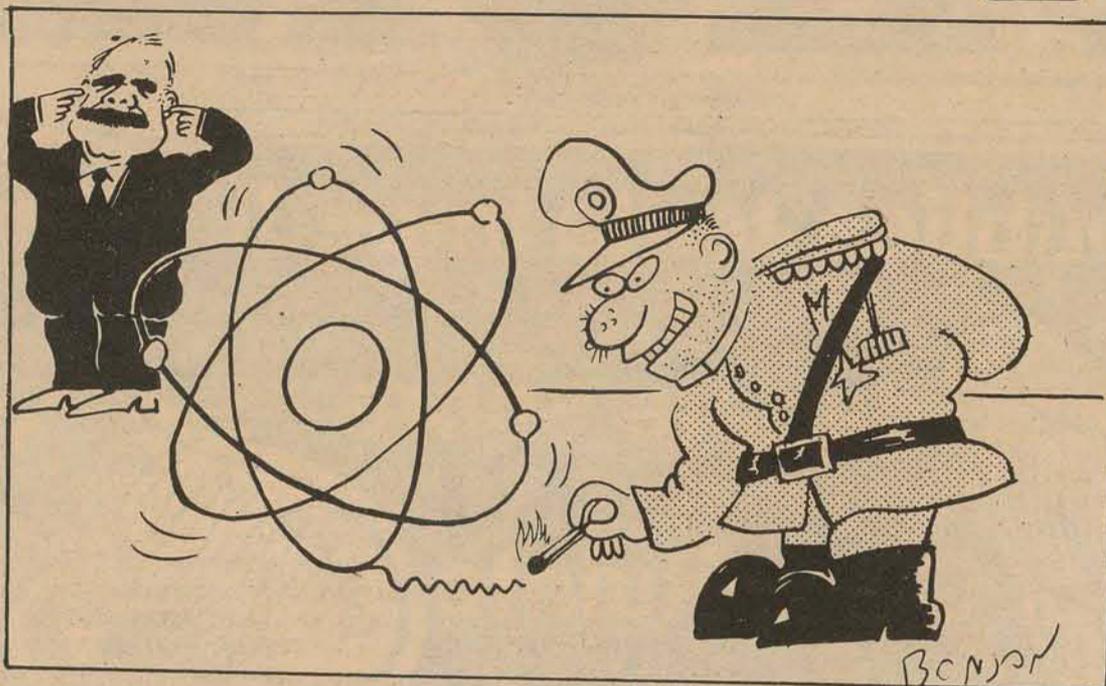
A sucessão de acidentes em usinas nu-

cleares norteamericanas e a recente tragédia de Chernobyl, na União Soviética, nos mostram quão grave pode ser a consequência de falhas técnicas ou humanas na manipulação da energia nuclear. Mas, sem dúvida alguma, mais sério é verificar a existência de setores no Brasil que imaginam seu uso com obje-

tivos bélicos.

Não podemos permitir que nossas futuras gerações vivam sob a ameaça constante de uma guerra, que, como tudo indica, será a derradeira. Se é preocupante a situação internacional, com o conflito entre EUA e URSS já tendo atingido o espaço sideral e ameaçando a existência da humanidade, não devemos perder a oportunidade de fazer com que a América do Sul seja considerada área livre de armas atômicas.

É fundamental, portanto, que na nossa futura Constituição fique bem nítido o papel do poder Legislativo na definição da política nuclear do País, com o compromisso explícito de sua utilização única e exclusivamente para fins pacíficos e sob rigoroso controle da sociedade.



**Para**  
**Governador**  
**Acácio**  
**Bernardes**



**PDT**

**Nº 12**

## EXPEDIENTE

Esta publicação é órgão de divulgação do Comitê PRA MUDAR MESMO, integrado por amigos e simpatizantes da candidatura de Jaison Barreto a deputado federal nas próximas eleições de 15 de novembro.

## CONSELHO EDITORIAL

Achiles Ferreira, Eloy Gallotti Peixoto, Evandro Magalhães, José Carlos Vidal, Leandro Campos, Maria Shirley Donato e Roberto d'Ávila.

Diagramação, composição e impressão no JORNAL DE SANTA CATARINA, Blumenau-SC.

## MÃO DUPLA

Lutas da MAIORIA não quer só chegar até você. É importante também que nossos leitores venham nos dizer o que pensam e nos dar sugestões. Para qualquer tipo de contato, nosso endereço é: Avenida Osmar Cunha, Edifício CEISA CENTER, bloco C, sala 501, Florianópolis, SC, CEP — 88.000. Fone: (0482) 22-7969.

## CONSTITUINTE

# Estão tentando impedir o debate

Eloy Gallotti Peixoto.

**N**ão há ninguém que seja capaz de defender abertamente a restrição aos debates sobre a Constituição brasileira que será elaborada por deputados federais e senadores eleitos em 15 de novembro com esta missão. Ninguém tão pouco lembra com insistência que para esta tarefa haverá a colaboração (?) dos que chegaram ao Senado Federal nas eleições de 82.

Isto, entretanto, é o que vem ocorrendo, deixando preocupados os democratas que, a despeito de todas as distorções da futura Assembléia Nacional Constituinte, nutriam esperanças de ver o Brasil se configurar como Nação democrática e soberana.

Assiste-se hoje a um processo mistificatório, no qual os meios de comunicação de massa desempenham papel fundamental, respaldados por uma legislação eleitoral aprovada pelo PMDB e PFL, extremamente antidemocrática e injusta, provocando até saudades da — pasmem! — famigerada Lei Falcão.

— Pelo menos havia igualdade, com todos os partidos tendo o mesmo espaço para os retratinhos dos candidatos, diz com alguma ironia, Reinaldo Machado, candidato do PT ao Senado Federal.

Jaison Barreto, candidato a deputado federal pelo PDT, também protesta. Revoltado, Jaison lembra que "não é lícito, correto e honesto, no momento em que se diz querer que o povo tome consciência de seus anseios, reivindicações e problemas, dar a determinado partido 40 minutos de televisão contra 16, 10 e 5 minutos para outros. E até mesmo, caso dos partidos recém-formados, nenhum tempo".

Com o respaldo de sua fé, o bispo de Chapecó, Dom José Gomes também critica a forma como será escolhida a Assembléia Nacional Constituinte, mas não perde o otimismo e aponta caminhos:

— Houve um convite do governo para que o povo participasse, através dos formulários distribuídos nos Correios. Isso, porém, deve ser feito de forma organizada e não por cartas individuais. A coisa tem que passar pela organi-

zação do povo em sindicatos, associações, movimentos sociais que possam reclamar e exigir seus legítimos direitos. Temos que exercer uma pressão muito grande para que a futura Constituição responda às necessidades de toda a Nação.

### REPRESSÃO

A preocupação aumenta quando se percebe que há um recrudescimento da repressão ao debate e a difusão de idéias, ocasionado pelo caráter draconiano da legislação, com a agravante de sua abrangência permitir avaliações as mais variadas por parte de procuradores e juizes dos tribunais eleitorais.

Em Mato Grosso, a presidente do TRE, desembargadora Shelma Kato fechou o cerco sobre jornais, emissoras de rádio e televisão, proibindo a divulgação de quaisquer notícias que possam "ser interpretadas como benefício a candidaturas" e permitindo apenas a veiculação de imagens de comícios.

Não fosse um mandado de segurança impetrado pela Associação Nacional de Jornais na última sexta-feira de agosto, nenhuma entrevista de candidato poderia ser publicada na imprensa do Distrito Federal, como decidira o juiz Carlos Faria, coordenador da fiscalização da propaganda eleitoral de Brasília.

### DIREITO DE INFORMAÇÃO

Por todo o país o quadro se repete. Aqui em Santa Catarina vimos o candidato pedetista Alaor Schweitzer ser preso em Lages pelo promotor público por estar colocando placas em postes do centro da cidade. Jornalistas e radialistas estão completamente tontos e ao mesmo tempo temerosos de punições. A seccional da OAB de Blumenau se viu obrigada a acabar com um programa — Minuto da Constituinte — que promovia na televisão. Em São José, um dos maiores colégios eleitorais do Estado, a Justiça Eleitoral mandou fazer "uma limpeza geral".

— Quem não tem recursos faraônicos, só pode contar com a propaganda de rua e as pichações, reclama Anita Pires, candida-

ta pelo PMDB à Constituinte, sem conseguir explicar porque seu partido não se empenhou pela aprovação de regras mais justas e democráticas para as eleições de 15 de novembro.

Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa — ABI — é mais direto:

— Para a eleição da Constituinte, o contato com a opinião pública deve ser permanente e as restrições que o interrompam não podem deixar de configurar um atentado ao direito de informação.

### A VERBA DO MACIEL

Também causa espanto o fato de, enquanto há proibição do uso dos meios de comunicação de massa pelos candidatos, o governo venha ocupando espaços

cada vez maiores nos jornais, rádios e tevês. Ainda que à custa do pagamento de matérias como no caso recente do Correio Brasileiro que recebeu significativas somas em dinheiro para defender o Plano Cruzado. O presidente Sarney e seu ministério estão toda a hora na televisão e não se furtam de falar em política.

Como se vê, o esquema está bem montado e vem produzindo bons resultados para a tal de Nova República.

E, reconhecendo-se a habilidade e eficiência do Ministro Marco Maciel, deve ainda melhorar, pois pelo plano de reforma administrativa em curso, o Gabinete Civil da Presidência da República irá, em breve, coordenar todas as campanhas publicitárias e de propaganda do governo federal...

### ANTES, DURANTE E DEPOIS...

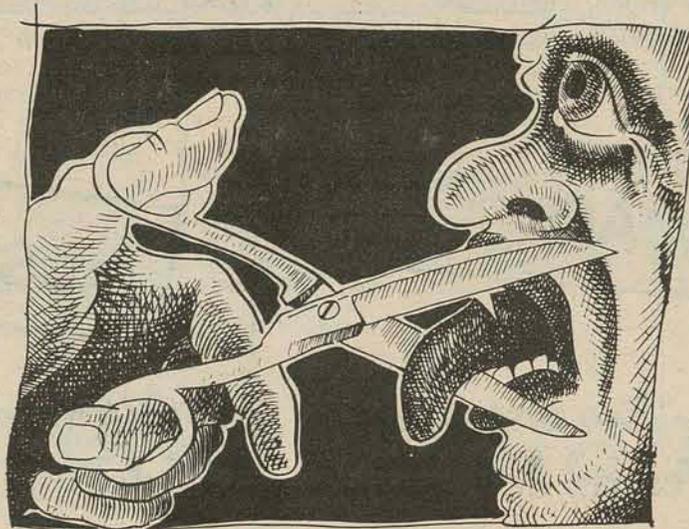
Mas há quem acredite que esse quadro possa ser revertido. Jaison Barreto crê que, através do trabalho que vem desenvolvendo, participando de debates com diversos setores da população, se poderá avançar. No final de agosto, ele viajou pelo Oeste de Santa Catarina e discutiu com lideranças comunitárias, universitárias, agricultores, operários e os "sem-terra".

Jaison acha que isso é um sintoma de uma maior abertura da sociedade e expressa o grande desejo de participação de todos na construção de um Brasil democrático.

— Fiquei sinceramente emocionado de ter participado de um debate sobre a Constituinte em Concórdia que foi a primeira discussão política ocorrida na Fundação Educacional do Vale do Alto Rio Uruguai. Aprendi muito com os universitários daquela região e sei que contribuí para elevar a consciência democrática destes jovens, diz Jaison.

Em Chapecó, Jaison teve outro testemunho de que "esse trabalho de formiguinha" pode trazer resultados positivos para a elevação do nível de consciência da sociedade. Reunidos para debater com Jaison e Dom José Gomes, estudantes e professores da FUNDEST ouviram do bispo de Chapecó:

— O povo está se organizando e percebendo que, em relação à Constituinte, há um antes, um durante e um depois. Primeiro é a seleção de candidatos, de forma a eleger aqueles que poderão fazer alguma coisa para que a Constituição possa responder os grandes problemas nacionais. O durante é acompanhar a elaboração da Constituinte, prestando muita atenção. E o depois, é fazer com que a Constituição saia do papel. Para tudo isso, porém, é preciso a organização de movimentos populares e também dos setores intelectuais. O povo organizado pode derrubar os esquemas, como foi muito bem mencionado pelo senador Jaison Barreto, dos grupos econômicos que mais ou menos man- dam no país.



### Quem tem medo de Brizola?

*Se já não bastasse o fato da futura Assembléia Nacional Constituinte ser eleita num processo que privilegia o debate sobre a escolha dos futuros governadores, sem a participação da comunidade municipal (não há disputa para prefeitos e vereadores), nem a discussão dos grandes temas nacionais (quando será que vou votar para Presidente da República), os meios de comunicação de massa, mais precisamente as redes de televisão, demonstram claramente que a política deve ficar restrita regionalmente. Principalmente, quando se trata de assuntos que colocam a questão de sucessão de Sarney e se tem medo das idéias defendidas por Leonel Brizola.*

*Realmente, não há outra explicação para o fato da Rede Globo de Televisão, uma semana após ter mostrado em cadeia nacional o debate entre os candidatos ao governo de São Paulo, limitar a geração de imagens do programa realizado domingo passado, 31 de agosto, com Darcy Ribeiro (PDT) x Moreira Franco (PMDB), PTB, PFL e PCB sendo assistido apenas pelo público fluminense. (A.F.).*

# CONSTITUINTE EM DEBATE

O bispo de Chapecó e presidente da Comissão Pastoral da Terra, Dom José Gomes, e o senador Jaison Barreto, candidato a deputado federal pelo PDT, participaram dia 26 de agosto de um debate com universitários e professores da FUNDEST, coordenado pelo professor Hilário Scherener.

Na ocasião, Jaison Barreto traçou os quatro pontos principais que, na sua visão, deverão nortear as discussões da Assembleia Nacional Constituinte. EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA MÉDICA, REFORMA AGRÁRIA e JUSTIÇA SOCIAL.

Publicamos a seguir a opinião dos dois ilustres catarinenses sobre cada um dos pontos.

Salientamos também o comentário de Dom José Gomes sobre o significado desta futura Constituição brasileira:

— A Constituição estabelece, mesmo aquela feita pela ditadura militar, que todo o poder emana do povo e é exercido em seu nome. Portanto, devemos fazer chegar aos constituintes aquilo que é realmente necessidade do povo e pressioná-los para que escrevam uma Carta que reflita efetivamente os anseios do povo, principalmente dos setores mais marginalizados.



Jaison Barreto e Dom José Gomes acham fundamental a participação da população na discussão da futura Constituição.

## EDUCAÇÃO

*“É um direito do povo e dever do Estado que não se realiza”*

DOM JOSÉ GOMES: A atual lei diz que o ensino é um direito do povo e um dever do Estado, mas isso, no entanto, não se realiza. O que se sabe é que de cada 100 crianças matriculadas na 1ª série, apenas 18 conseguem chegar ao final do 1º Grau e há mais de 11 milhões de crianças em idade escolar que não têm escolas. A nível universitário, a situação também é bastante ruim e eu indago até quando o pessoal do interior terá que continuar fazendo esforços e sacrifícios imensos para conseguir uma vaga na universidade, enquanto outros estudam de graça? Será isso igualdade de direitos?

*“É o instrumento capaz de viabilizar o Brasil democrático”.*

JAISON BARRETO: A Educação não pode ser um instrumento de proteção dos interesses da classe dominante, formando quadros subalternos para atender os privilégios de uma minoria. Se a futura Constituição garantir, efetivamente, ensino público e gratuito em todos os níveis para todos os brasileiros, nós faríamos uma revolução social em curto espaço de tempo, pois se os filhos da classe trabalhadora, seja no campo ou na cidade, tiverem esse direito assegurado, esse país será capaz de libertar seu povo. A Educação é o instrumento adequado para viabilizar o Brasil como Nação democrática.

## ASSISTÊNCIA MÉDICA

*“Há 30 milhões de brasileiros na extrema miséria”.*

DOM JOSÉ GOMES: Se diz que todo homem tem direito à vida, mas que tipo de vida? Agora mesmo, o governo divulgou dados de uma pesquisa realizada por Hélio Jaguaribe que admite existir 70% da nossa população passando fome. São praticamente 80 milhões de brasileiros, dos quais 30 milhões estão na extrema miséria. O atendimento médico praticamente não existe. O que se arrecada através do INPS e FUNRURAL do meio agrícola é uma verdadeira fortuna. Outro dia discuti essa questão com jovens agricultores do município de Maravilha e perguntei-lhes se sabiam o quanto era arrecadado ali na cidade pelo FUNRURAL e quanto era devolvido para o povo. Alguém lembrou que devolvem, algumas vezes, com as notícias de rombo em agências do INAMPS, sem que ninguém vá para a cadeia...

*“300 mil crianças morrem antes de completar um ano de vida”.*

JAISON BARRETO: É obrigação precípua do Estado garantir Assistência Médica ao seu povo, como direito fundamental da pessoa humana. O bom senso mostra que esse modelo capitalista impossibilita o atendimento médico consentâneo com as necessidades da população. Um governo e um povo que permite o morticínio de 300 mil crianças que não chegam a completar um ano de vida é um governo de irresponsáveis e um povo não civilizado. E não é difícil solucionar essa questão — basta ter vontade política. Quem gasta dinheiro de forma perdulária e escolhe prioridades que não têm nada a ver com o dia-a-dia do cidadão, sempre argumenta que não há recursos para a Saúde do povo.

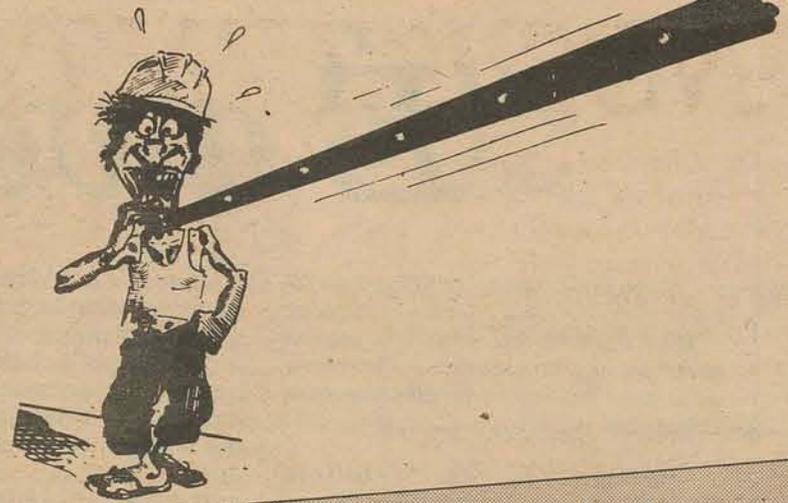
## REFORMA AGRÁRIA.

**“A concentração de terras no Brasil é escandalosa”.**

**DOM JOSÉ GOMES:** Consideramos a reforma agrária um dos problemas mais sérios do país. Segundo dados estatísticos oficiais, temos seis milhões e setecentos mil famílias de agricultores sem terra. Ora, um país de dimensões continentais como o nosso não é concebível que isso aconteça. Principalmente, quando se sabe que dos 480 milhões de hectares de terras férteis, apenas 170 milhões de hectares estão produzindo. Além disso, a concentração de terras no Brasil é uma das mais escandalosas do mundo. Isso foi dito pelo próprio Presidente da República, quando anunciou, no ano passado, o projeto de Reforma Agrária: 1% das propriedades detêm 50% de todas as terras enquanto que 50% das pequenas propriedades detêm apenas 2% das terras. Nos EUA — que sempre ficam querendo nos impor como exemplo de tudo — ficou estabelecido, desde a guerra de Independência, o módulo máximo da posse da terra, estabelecido em 600 acres, o equivalente a cerca de 250 hectares. Porque no Brasil nunca se teve a coragem de se fazer algo assim e não como está no Estatuto da Terra que, em termos de Santa Catarina, determina um módulo máximo de mais ou menos 7 mil hectares, o que é demais para se caracterizar um latifúndio?

**“Não é justo que milhões não tenham acesso à terra”.**

**JAISON BARRETO:** Não é justo e não é correto que milhões de brasileiros não tenham acesso à terra para viver em paz, produzindo riquezas para si e para o país. Defendemos uma reforma agrária capitalista, o que nega o discurso da direita que vê ameaças na reforma agrária que está sendo proposta por todos os democratas. Não compreendemos as razões do governo federal, que é hoje o único responsável pela realização da reforma agrária, para não consultar Estados, prefeituras, Câmaras de Vereadores, sindicatos, definir as áreas que devem ser ocupadas, criar as condições de infra-estrutura para as famílias e desencadear o processo da reforma agrária. Também não podemos aceitar este discurso malandro e antipatriótico de que o brasileiro é um ser inferior, incompetente e preguiçoso. Autoridades do governo chegaram ao cúmulo de dizer debochadamente que talvez fosse necessário trazer japoneses para plantar no solo brasileiro. E de nada adianta colocar famílias de agricultores em grotões, sem um mínimo de assistência, pois isso vai ajudar o discurso dos que não querem a reforma agrária e nunca ao povo brasileiro.



## JUSTIÇA SOCIAL

**“Com um salário de Cz\$ 804,00 não dá para viver”.**

**DOM JOSÉ GOMES:** Outro tema fundamental para ser discutido na Constituinte é trabalho e salário. Eu digo francamente: podem colocar o Plano Cruzado como a coisa mais extraordinária feita pelo governo, mas não para o operário que ganha um salário de Cz\$ 804,00. Isso não dá para viver; não sei se dá nem para respirar... Olhem, por exemplo, os alugueis. Quanto deve ganhar um trabalhador, se aqui em Chapecó — e basta olhar os anúncios do Diário da Manhã — um apartamento ou uma casinha nos bairros está custando mis de Cz\$ 2 mil por mês? São os salários baixos que engendram o mundo dos favelados, o mundo dos que não têm nada, o mundo das 7 milhões de crianças abandonadas.

**“O povo quer respeito pelo trabalho que faz”.**

**JAISON BARRETO:** O problema da Justiça Social tem que começar por uma outra política de salários. Não me digam que o país não pode pagar melhor a sua força de trabalho. Não adianta distribuir remédios ou comida, o povo não quer isto. O povo quer apenas respeito ao trabalho que faz. Se o trabalhador for pago decentemente, vai comprar sua comida, seu remédio, construir seu teto, dar agasalho para seus filhos, cuidar de sua família. Essa política salarial, injusta e intolerável, permite uma defasagem em relação a outros países capitalistas que agride: enquanto na Europa, EUA e Japão a diferença entre o menor e o maior salários não é superior a 8 ou 10 vezes, aqui é de 200 vezes.

# Milho podre, leite contaminado e agricultores na miséria

Leandro Campos

Se há quem realmente esteja sofrendo com o conjunto de pacotes econômicos impostos à Nação são os agricultores brasileiros, particularmente os pequenos e médios produtores.

Tradicionalmente menosprezados pelos governos, sem direito a uma assistência médica, ao menos nos níveis da que recebem os trabalhadores urbanos, e privados da maioria das conquistas tecnológicas modernas, os agricultores continuam aguardando o cumprimento das promessas que durante anos ouviram de lideranças do PMDB.

Em recente reunião realizada em Cunha Porã, no Oeste de Santa Catarina, o senador Jaison Barreto ouviu o “Velho Chico”, tradicional liderança e um dos fundadores do MDB local, explodir:

— E que não volte aqui o seu Cacildo Malda-ner, por que até hoje continuamos com essa miséria de aposentadoria, sem assistência médica e, ainda por cima, com os créditos agrícolas todos nas mãos dos grandes.

### MILHO DE LACINHO

Com o Plano Cruzado, as indústrias reciclaram seus produtos, com algumas pequenas alterações que permitiram driblar o congelamento e aumentar o preço de seus artigos. Evidentemente, não sofreram perdas e, ao contrário, puderam auferir lucros significativos, em função do real aumento de consumo gerado pelas medidas econômicas da Nova República.

Os agricultores, porém, não tiveram como encontrar saída, pois não há como enfeitar o feijão ou colocar lacinho de fitas no milho para ganhar um pouco mais por sua safra. Sobretudo, quando se sabe que os insumos tive-

ram reajustes, as peças para os tratores só podem ser comprados com ágio, e o empréstimo compulsório da gasolina encareceu o transporte de suas produções até os mercados consumidores.

Além disso, a política do governo federal continua beneficiando os grandes conglomerados, como no caso do leite importado (não vamos nem falar no fato de estar contaminado pelas radiações do acidente de Chernobyl) que dá à Nestlé cerca de 70% a mais do que é pago ao pequeno e médio produtor.

— O caso do milho, diz Jaison Barreto, é mais grave ainda pois importou-se toneladas do produto a Cz\$ 130,00 a saca e fixaram o preço mínimo para a safra do ano que vem em Cz\$ 85,00. E, pelo menos uma boa parte da primeira carga de milho que chegou no Brasil está deteriorada, como reconheceram autoridades federais.

# “É a vez dos microempresários terem voz”

Vinicius Lummertz Silva tem 26 anos e um extenso currículo escolar e profissional que registra passagens em universidades e empresas de todo o mundo — de Blumenau à China, passando por Londres, Paris e Israel.

Bisneto de um getulista histórico que foi prefeito de Araranguá, Vinicius nasceu em Rio do Sul, mas criou-se em Blumenau, onde estudou até concluir o 2º Grau, e partir para a Europa onde se formou em Ciências Políticas, com especialização em Economia Internacional.

Vinicius trabalhou como garçom, pedreiro, agricultor, lavador de pratos. Nas horas vagas, dava pra estudar e escrever artigos para O ESTADO e o JORNAL DE SANTA CATARINA.

Brincadeiras à parte, Vinicius aprofundou seus estudos sobre a importância dos pequenos empreendimentos na economia hodierna e conseguiu se colocar no mercado internacional como profissional comprovadamente competente. Foi trabalhador voluntário num Kibutz de Israel durante seis meses e pesquisador da Cia. Business International Hong Kong.

Tudo movido por uma imensa curiosidade sobre o pequeno e o micro empreendimento, justifica-se Vinicius Lummertz Silva.

Microempresário do ramo de confecções — tem uma loja em Balneário Camboriú — Vinicius, nesta entrevista exclusiva ao jornal Lutas da MAIORIA, fala do movimento dos pequenos empresários para conseguir vez e voz na definição da política econômica do país.

— Que história é essa de micros e pequenos empresários estarem se organizando e reivindicando uma efetiva participação política?

VINICIUS — A organização dos micros e pequenos empresários nasceu de uma cisão na Associação Comercial e Industrial de Blumenau — ACIB —, com o aparecimento de uma liderança, Pedro Cascaes, que se diferenciou por suas posições não necessariamente ligadas aos interesses dos grandes empresários. Na maioria das vezes, estes tipos de associações representam a elite comercial e industrial de uma cidade, sem maiores compromissos com o conjunto da sociedade. A ACIB sempre representou os grandes empresários. De repente, o Cascaes surgiu como a voz dos milhares de donos de micros e pequenos empreendimentos que nunca tiveram vez...

— Quando foi isso?

VINICIUS — Na enchente de 83. Eu estava de férias no Brasil e entrevistei Pedro Cascaes para o Jornal de Santa Catarina. Ele re-

clamava do comportamento da ACIB em relação às reivindicações que deveriam ser feitas ao governo federal, pois achava que “Blumenau não estava sendo atendida da maneira que merecia”. Ele defendia a organização da categoria, independente, dos interesses dos grandes empresários. De fato, pouco tempo depois, era criada a Associação Comercial e Industrial da Micro e Pequena Empresa do Vale do Itajaí — ACIMPEVI.

— Então, você participou disso tudo, muito de perto.

VINICIUS — Ao contrário, muito longe. É que, neste período, embora sem perder o contato com Cascaes, estava na Europa, onde procurei aprofundar meus estudos exatamente sobre a questão dos micros e pequenos. Quando voltei, o movimento havia se fortalecido bastante em todo o Estado e montamos a Federação das Associações de Micros e Pequenas Empresas de Santa Catarina — FAMPESC.

— E no resto do país?

VINICIUS — Estamos organizados em 21 unidades da Federação, caminhando para fechar a totalidade. Pedro Cascaes preside a Confederação Nacional da Micro e Pequena Empresa e eu integro o Pacto Nacional da Micro e Pequena Empresa — PAM —, que é nosso órgão político, através do qual procuramos atuar de forma efetiva nas decisões de governo.

— Pelo visto, Santa Catarina exerce um papel de vanguarda neste movimento. Isto reflete, realmente, a existência de uma forte organização de micros e pequenos empresários catarinenses?

VINICIUS — No Vale do Itajaí há 28 associações, e, no total em Santa Catarina, são 35. Ainda não evoluímos mais porque defendemos o sindicalismo livre, com contribuições livres e voluntárias. Temos poucos recursos, a luta é difícil, mas a tendência é avançarmos ainda mais, através da conscientização sempre crescente de micros e pequenos empresários.

— E qual é a importância das micros e pequenas empresas para a economia catarinense?

VINICIUS — Primeiro, eu prefiro falar sobre o nível nacional para depois transportar para Santa Catarina. São dados citados pelo próprio presidente José Sarney: as micros e pequenas empresas representam 80% dos empregos, 60% da renda do setor privado e 99% do número de empresas nacionais. Sabendo-se que a economia catarinense está fundamentada de forma mais intensa nos pequenos empreendimentos, fica óbvio que sua importância aqui é mais expressiva ainda.

— Que tipo de experiência vivida no exterior por você pode servir



Vinicius Lummertz Silva e Pedro Cascaes estão na vanguarda do movimento dos micro e pequenos empresários brasileiros.

de contribuição para o desenvolvimento das micros e pequenas empresas no Brasil?

VINICIUS — Muita. Vi como funcionam os Kibutz em Israel e o processo de abertura econômica na China. Em toda a Europa Ocidental as micros e pequenas empresas significam a base política, econômica e social das nações. É importante também analisar a questão da modernização e industrialização do Brasil. Estamos num processo de desenvolvimento rápido, pulando etapas, como, por exemplo, a construção da micro empresa rural. Fomos colonizados de uma maneira muito diversa dos EUA. Lá, a empresa rural — você vê nos filmes de faroeste — formaram-se, naturalmente, com a posse da terra. Nós temos uma estrutura agrária arcaica e nosso capitalismo nunca conseguiu prosperar, nem capitalizar para reinvestir. O capitalismo genuinamente brasileiro, a genuína indústria nacional nunca pôde existir...

— Porquê?

VINICIUS — Primeiramente, os portugueses não permitiram, inclusive através de legislação que proibia atividades industriais no Brasil. Depois, os ingleses, e, em seguida, os norte-americanos criaram mecanismos para impedir o que não lhes interessava: o desenvolvimento industrial brasileiro. O que temos no Brasil, em termos de industrialização, é o investimento externo das multinacionais ou concentrado nas estatais. As empresas nacionais que experimentam desenvolvimento, normalmen-

te, são bastante atreladas a empréstimos ou favores governamentais. Desde o Convênio de Taubaté, em 1906, o protecionismo às indústrias rurais e urbanas têm sido a tônica da política nacional de desenvolvimento. Só que apenas os grandes são “protegidos”. A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, fazem propaganda na TV, mas o dinheiro nunca chega para os pequenos.

— Qual tem sido o tipo de participação política que os pequenos empresários têm tido no Brasil até hoje?

VINICIUS — Eu diria que nenhuma. Veja a questão dos pacotes econômicos. Temos uma Confederação organizada, mas o governo fez questão de ignorar nossa existência. Eles sabem que somos a maioria, estamos nos organizando no Brasil inteiro. Será uma luta contra o relógio. Quanto mais tempo eles puderem nos ignorar, melhor para eles. Eu, porém acredito que, além do fato já estar consumado, brevemente os micros e pequenos empresários terão vez e voz na sociedade brasileira.

— Quais são as reivindicações mais imediatas do movimento?

VINICIUS — Nenhum tipo de reivindicação nossa é levada em conta na definição da política macro-econômica do governo que não tem qualquer preocupação com os pequenos empresários. Nas palavras de Albano Franco, senador e presidente da Confederação Nacional da Indústria — “o pequeno se vira, como sempre se

virou” — se sente todo o descaso dos poderosos. E isso não é verdade, somos nós quem sustentamos e viabilizamos a economia nacional, absorvendo as consequências das crises da economia internacional. Tudo isso, entretanto, é feito às custas de nosso próprio esforço e trabalho, sem qualquer ajuda de uma máquina estatal ineficiente, preocupada apenas em sugar.

— Como você acha que o Estado deveria atuar?

VINICIUS — O Estado deveria cuidar do que realmente lhe compete: a infra-estrutura da sociedade, proporcionando ensino, saúde, transporte; e permitir a democratização da iniciativa privada.

— Você acha que não existe liberdade suficiente para o pequeno empresário?

VINICIUS — Resumindo, o que um micro empresário precisa é liberdade para poder trabalhar. Vivemos num país, onde existe 48 tipos de impostos diferentes e as muralhas burocráticas são muito altas. Falam, falam, mas nada se altera. Mesmo o último governo da ditadura militar fez mais do que agora. A reforma agrária não saiu do papel: Figueiredo distribuiu 150 mil títulos de terra contra apenas 15 mil do governo Sarney. Com relação às micros, foi a mesma coisa. O general Figueiredo fez um Estatuto da Micro Empresa que não é o que queremos, mas foi um avanço. A Nova República acena com avanços, mas na prática imobiliza.

— Sim, mas voltando às rein-

dicações específicas do movimento...

VINICIUS — Insisto em dizer que o fundamental é conquistar espaço político para concluir nossas propostas técnicas e administrativas. Temos um manifesto que foi lançado em 24 de maio deste ano, aqui em Blumenau, com uma lista de propostas que estão sendo colocadas a nível nacional. É um programa amplo que vai desde uma definição mais correta de pequena empresa, passa pela luta pela isenção progressiva de impostos até um posicionamento firme de apoio à Reforma Agrária.

— O que caracteriza, hoje, uma microempresa?

VINICIUS — A atual definição elaborada no final da ditadura militar foi um bom avanço, mas é pobre e unilateral. Foi feita de cima para baixo e só coloca a questão a nível de faturamento. No Japão temos outro tipo de definição. Na França e outros países europeus é pelo número de empregados ou pelo potencial de criação de empregos. Aqui é muito fácil, o microempresário estourar um faturamento teto de 10 mil OTNs e ter uma lucratividade extremamente baixa. O cidadão pode faturar bem mais de 10 mil OTNs e, no final do mês, ter no bolso menos que um salário-mínimo. Defendemos também uma legislação que permita profissionais liberais (médicos, dentistas, arquitetos, advogados, engenheiros, jornalistas) se constituírem como microempresários, pois eles são trabalhadores e têm capital investido num negócio próprio.

— Como você vê a existência de uma mentalidade que valoriza muito o emprego no governo, estatais ou grandes multinacionais?

VINICIUS — Como algo muito perigoso, e, em nível mundial, uma característica muito cafonada da sociedade brasileira. Estamos iniciando agora uma campanha publicitária, no sentido de promover a autovalorização do micro e pequeno empresário, pois é ele quem aguenta a barra neste país. Vamos valorizar o micro perante a sociedade que não lhe concede espaço ético e moral. Micro é o dono do bar, do armazém, da oficina mecânica e ninguém lhe dá o devido respeito, esquecendo-se que são eles quem produzem e distribuem a riqueza neste país. Isso tudo vem também da educação, que no Brasil é elitista, preocupada em preparar gente para trabalhar no governo ou em grandes empresas. A educação não vem preparando o brasileiro para trabalhar no real do Brasil e apostar no crescimento econômico, a partir do micro e pequeno empreendimento.

— A FAMPESC está apoiando teu nome nas próximas eleições?

VINICIUS — É claro que não é a Constituinte que o povo brasileiro espera, mas será uma bela oportunidade de colocar as questões fundamentais do país, em discussão. Na única vez que votei não elegi Jaison Barreto por que fraudaram as eleições. Novamente vou votar no Barreto por saber que ele saberá nos representar. É uma questão de coerência.

VINICIUS — Os micro e pequenos empresários apoiam candidatos nas próximas eleições em praticamente todos os Estados brasileiros, registrados em vários partidos políticos. Aqui em Santa Catarina, a FAMPESC referencia os nomes de Artenir Werner (PDS), Luiz Henrique (PMDB), Paulo Melro (PFL) e Jaison Barreto (PDT) para a Constituinte. Para deputado estadual, havia inicialmente uma extensa lista, inclusive com quatro candidatos do PDT, que desistiram em favor do meu nome. Eu sou o único que mantém vínculos estreitos com o PAM.

— Não é contraditório estar no PDT, defendendo socialismo e lutando pelo fortalecimento da iniciativa privada?

VINICIUS — Nem um pouco. A Europa social-democrata fundamenta-se na iniciativa privada. Na China, Deng Siao Ping diz: “riqueçam e, através de uma pequena abertura econômica, consegue-se duplicar a produção de grãos num ano. Eles sentiriam a necessidade de abrir um pouco as portas para a iniciativa privada, que é onde persiste mais criatividade e mais interesse em produzir. O Brasil não deve ficar preso a modelos, seja soviético, europeu, chinês ou cubano. Temos que criar um socialismo, engajado num processo de desenvolvimento terceiro-mundista. O fundamental é criarmos uma filosofia própria, com a consciência que o Terceiro Mundo espera esse papel do Brasil: criando um novo modelo econômico capaz de produzir riquezas, sem concentrá-las. Esse é o tipo de socialismo que eu vejo para o Brasil.

— Porque você optou pelo PDT?

VINICIUS — O PDT tem em comum com a FAMPESC muita coisa, a começar pelo próprio manifesto do partido que enfatiza a questão do fomento aos pequenos negócios, à micro e pequena iniciativa, ao nacionalismo patriótico. Como diz o próprio Brizola: “A iniciativa privada é uma coisa tão boa, que todo mundo devia ter uma”. Além disso, o PDT é um partido novo, não comprometido com os grandes interesses econômicos e com uma proposta clara de apoio aos pequenos empresários.

— E para encerrar — como você vê a futura Constituinte que será eleita em 15 de novembro?

VINICIUS — É claro que não é a Constituinte que o povo brasileiro espera, mas será uma bela oportunidade de colocar as questões fundamentais do país, em discussão. Na única vez que votei não elegi Jaison Barreto por que fraudaram as eleições. Novamente vou votar no Barreto por saber que ele saberá nos representar. É uma questão de coerência.

## A participação política do microempresário

Luiz Costa

A microempresa não é mais um organismo econômico isolado de seu meio. O embrião social composto pela microempresa é um fator de desenvolvimento comunitário, posto que em torno de si vivem as famílias de seu proprietário e de seus colaboradores.

A microempresa não está nesta luta pelo crescimento. O contador está ao seu lado desde a sua concepção, elaborando os registros necessários ao seu funcionamento, oferecendo as primeiras lições de organização.

O CEAG/SC — Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa de Santa Catarina vem a seguir, oferecendo auxílio necessário ao seu crescimento, através da assistência gerencial, do treinamento, do apoio tecnológico, abertura de novos mercados (interno e externo) etc. Agora, chega a hora da verdade, as microempresas estão constituindo organizações associativas, abrindo espaços na comunidade e no meio político, criando instrumentos de pressão junto aos órgãos governamentais. Este papel vem sendo exercido pelos líderes das associações de microempresas, que, atuando em vários segmentos diluem o poder entre os vários partidos políticos.

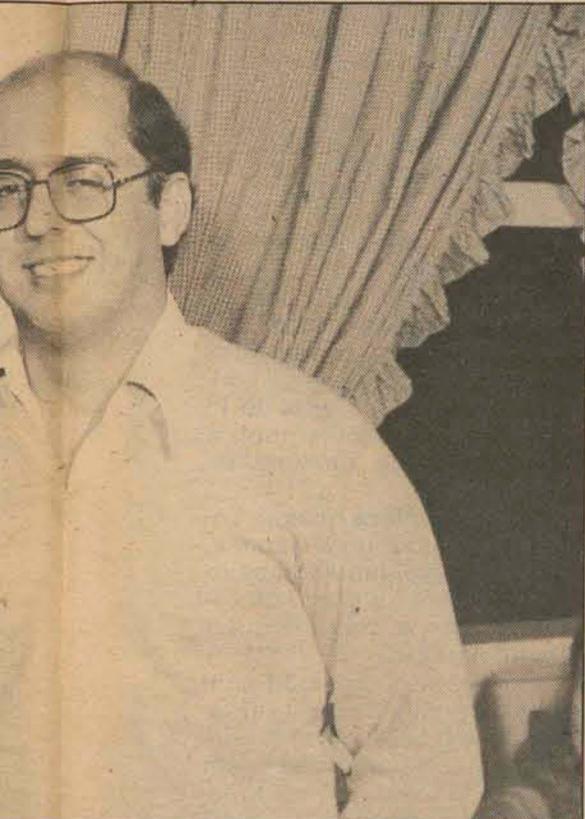
Porém, a classe política, que a cada período eleitoral vem buscar apoio junto às microempresas para garantir sua permanência em cargos eletivos, não tem conhecimento suficiente para esta representatividade.

Cabe, portanto, às lideranças associativas de microempresas procurar o verdadeiro elo político entre elas e os poderes constituídos, através de políticos atuantes ou novas opções em busca de sua verdadeira identidade político-social.



Luiz Costa é técnico do CEAG/SC e candidato a deputado estadual pelo PDT.

# Empresários terem voz"



o movimento dos micro e pequenos empresá-

adadas a  
governan-  
ênio de  
ionismo  
nas têm  
nacional  
que ape-  
egidos".  
eral e o  
opagan-  
o nunca

virou" — se sente todo o descaso dos poderosos. E isso não é verdade, somos nós quem sustentamos e viabilizamos a economia nacional, absorvendo as consequências das crises da economia internacional. Tudo isso, entretanto, é feito às custas de nosso próprio esforço e trabalho, sem qualquer ajuda de uma máquina estatal ineficiente, preocupada apenas em sugar.

— Como você acha que o Estado deveria atuar?

**VINICIUS** — O Estado deveria cuidar do que realmente lhe compete: a infra-estrutura da sociedade, proporcionando ensino, saúde, transporte; e permitir a democratização da iniciativa privada.

— Você acha que não existe liberdade suficiente para o pequeno empresário?

**VINICIUS** — Resumindo, o que um micro empresário precisa é liberdade para poder trabalhar. Vivemos num país, onde existe 48 tipos de impostos diferentes e as muralhas burocráticas são muito altas. Falam, falam, mas nada se altera. Mesmo o último governo da ditadura militar fez mais do que agora. A reforma agrária não saiu do papel: Figueiredo distribuiu 150 mil títulos de terra contra apenas 15 mil do governo Sarney. Com relação às micros, foi a mesma coisa. O general Figueiredo fez um Estatuto da Micro Empresa que não é o que queremos, mas foi um avanço. A Nova República acena com avanços, mas na prática imobiliza.

— Sim, mas voltando às reivin-

dicações específicas do movimento...

**VINICIUS** — Insisto em dizer que o fundamental é conquistar espaço político para concluir nossas propostas técnicas e administrativas. Temos um manifesto que foi lançado em 24 de maio deste ano, aqui em Blumenau, com uma lista de propostas que estão sendo colocadas a nível nacional. É um programa amplo que vai desde uma definição mais correta de pequena empresa, passa pela luta pela isenção progressiva de impostos até um posicionamento firme de apoio à Reforma Agrária.

O que caracteriza, hoje, uma microempresa?

**VINICIUS** — A atual definição elaborada no final da ditadura militar foi um bom avanço, mas é pobre e unilateral. Foi feita de cima para baixo e só coloca a questão a nível de faturamento. No Japão temos outro tipo de definição. Na França e outros países europeus é pelo número de empregados ou pelo potencial de criação de empregos. Aqui é muito fácil, o microempresário estourar um faturamento teto de 10 mil OTNs e ter uma lucratividade extremamente baixa. O cidadão pode faturar bem mais de 10 mil OTNs e, no final do mês, ter no bolso menos que um salário-mínimo. Defendemos também uma legislação que permita profissionais liberais (médicos, dentistas, arquitetos, advogados, engenheiros, jornalistas) se constituírem como microempresários, pois eles são trabalhadores e têm capital investido num negócio próprio.

— Como você vê a existência de uma mentalidade que valoriza muito o emprego no governo, estatais ou grandes multinacionais?

**VINICIUS** — Como algo muito perigoso, e, em nível mundial, uma característica muito cafona da sociedade brasileira. Estamos iniciando agora uma campanha publicitária, no sentido de promover a autovalorização do micro e pequeno empresário, pois é ele quem aguenta a barra neste país. Vamos valorizar o micro perante a sociedade que não lhe concede espaço ético e moral. Micro é o dono do bar, do armazém, da oficina mecânica e ninguém lhe dá o devido respeito, esquecendo-se que são eles quem produzem e distribuem a riqueza, neste país. Isso tudo vem também da educação, que no Brasil é elitista, preocupada em preparar gente para trabalhar no governo ou em grandes empresas. A educação não vem preparando o brasileiro para trabalhar no real do Brasil e apostar no crescimento econômico, a partir do micro e pequeno empreendimento.

A FAMPESC está apoiando teu nome nas próximas eleições?

**VINICIUS** — Os micro e pequenos empresários apoiam candidatos nas próximas eleições em praticamente todos os Estados brasileiros, registrados em vários partidos políticos. Aqui em Santa Catarina, a FAMPESC referenda os nomes de Artenir Werner (PDS), Luiz Henrique (PMDB), Paulo Melro (PFL) e Jaison Barreto (PDT) para a Constituinte. Para deputado estadual, havia inicialmente uma extensa lista, inclusive com quatro candidatos do PDT, que desistiram em favor do meu nome. Eu sou o único que mantém vínculos estreitos com o PAM.

— Não é contraditório estar no PDT, defendendo socialismo e lutando pelo fortalecimento da iniciativa privada?

**VINICIUS** — Nem um pouco. A Europa social-democrata fundamenta-se na iniciativa privada. Na China, Deng Siao Ping diz: enriqueçam e, através de uma pequena abertura econômica, consegue-se duplicar a produção de grãos num ano. Eles sentirão a necessidade de abrir um pouco as portas para a iniciativa privada, que é onde persiste mais criatividade e mais interesse em produzir. O Brasil não deve ficar preso a modelos, seja soviético, europeu, chinês ou cubano. Temos que criar um socialismo, engajado num processo de desenvolvimento terceiro-mundista. O fundamental é criarmos uma filosofia própria, com a consciência que o Terceiro Mundo espera esse papel do Brasil: criando um novo modelo econômico capaz de produzir riquezas, sem concentrá-las. Esse é o tipo de socialismo que eu vejo para o Brasil.

— Porque você optou pelo PDT?

**VINICIUS** — O PDT tem em comum com a FAMPESC muita coisa, a começar pelo próprio manifesto do partido que enfatiza a questão do fomento aos pequenos negócios, à micro e pequena iniciativa, ao nacionalismo patriótico. Como diz o próprio Brizola: "A iniciativa privada é uma coisa tão boa, que todo mundo devia ter uma". Além disso, o PDT é um partido novo, não comprometido com os grandes interesses econômicos e com uma proposta clara de apoio aos pequenos empresários.

— E para encerrar — como você vê a futura Constituinte que será eleita em 15 de novembro?

**VINICIUS** — É claro que não é a Constituinte que o povo brasileiro espera, mas será uma bela oportunidade de colocar as questões fundamentais do país, em discussão. Na única vez que votei não elegi Jaison Barreto por que fraudaram as eleições. Novamente vou votar no Barreto por saber que ele saberá nos representar. É uma questão de coerência.

## A participação política do microempresário

Luiz Costa

A microempresa não é mais um organismo econômico isolado de seu meio. O embrião social composto pela microempresa é um fator de desenvolvimento comunitário, posto que em torno de si vivem as famílias de seu proprietário e de seus colaboradores.

A microempresa não está nesta luta pelo crescimento. O contador está ao seu lado desde a sua concepção, elaborando os registros necessários ao seu funcionamento, oferecendo as primeiras lições de organização.

O CEAG/SC — Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa de Santa Catarina vem a seguir, oferecendo auxílio necessário ao seu crescimento, através da assistência gerencial, do treinamento, do apoio tecnológico, abertura de novos mercados (interno e externo) etc. Agora, chega a hora da verdade, as microempresas estão constituindo organizações associativas, abrindo espaços na comunidade e no meio político, criando instrumentos de pressão junto aos órgãos governamentais. Este papel vem sendo exercido pelos líderes das associações de microempresas, que, atuando em vários segmentos diluem o poder entre os vários partidos políticos.

Porém, a classe política, que a cada período eleitoral vem buscar apoio junto às microempresas para garantir sua permanência em cargos eletivos, não tem conhecimento suficiente para esta representatividade.

Cabe, portanto, às lideranças associativas de microempresa procurar o verdadeiro elo político entre elas e os poderes constituídos, através de políticos atuantes ou novas opções em busca de sua verdadeira identidade político-social.



Luiz Costa é técnico do CEAG/SC e candidato a deputado estadual pelo PDT.

# Médico de SC visita brizolão

Os Centros Integrados de Educação Popular — Cieps ou brizolões, como o povo do Rio de Janeiro os denominou — são marca registrada do governo de Leonel Brizola.

Criados a partir de um projeto de Darcy Ribeiro e Oscar Niemeyer, os Cieps, se multiplicaram — já são quase mil — e servem de exemplo para quem, independente de paixão partidária, pretende agir no sentido de resolver o grave problema das crianças abandonadas.

O médico Sérgio Lorenzatto é carioca, mas há 12 anos está radicado em Balneário Camboriú, onde mantém intensa atividade política, tendo sido vice-presidente do PMDB até 1984 e, hoje, coordena, na condição de presidente municipal do PDT, a microrregional da foz do rio Itajaí (Balneário, Brusque, Camboriú, Itajaí, Itapema e Navegantes) na definição de sua atuação na campanha eleitoral das eleições de 15 de novembro.

## EDUCAÇÃO É REVOLUÇÃO

Consciente de que "será através da Educação que o Brasil poderá viver um real processo de transformação social e econômica", Lorenzatto nutria, já há algum tempo, uma imensa curiosidade sobre o projeto dos brizolões. Agora em julho, ele encontrou um tempinho, entre suas atividades como anestesista do Hospital Santa Inês (Balneário) e perito médico (Itajaí), foi ao Rio de Janeiro para matar saudades de familiares e, principalmente, ver de perto como funcionam os tão badalados Cieps.

Lorenzatto passou pouco mais de 10 dias no Rio de Janeiro, mas o suficiente para poder fazer um juízo correto do que representam os brizolões para a solução de inúmeros problemas vividos pelo povo brasileiro.

— É necessário copiar o Brizola, pelo menos, neste aspecto. Espero que o PMDB seja humilde para fazer Cieps, em todos os lugares onde estiver no poder, porque essa é a salvação de nossa gente, a salvação da criança brasileira, diz Lorenzatto.



Os CIEPs são construídos próximo aos bairros mais carentes para evitar que os alunos sejam obrigados a grandes deslocamentos.

## BAIXADA FLUMINENSE

É claro que Lorenzatto não poderia conhecer as centenas de brizolões existentes no Rio. Por isso, ele decidiu acompanhar o funcionamento de um Ciep localizado numa das regiões mais miseráveis do Brasil — a Baixada Fluminense.

Durante 12 dias, Sérgio Lorenzatto rodou cerca de duas horas diárias para ir da lagoa Rodrigo de Freitas (zona sul da Cidade Maravilhosa, onde ele estava hospedado) até Nova Iguaçu, um dos mais populosos municípios brasileiros, com quase dois milhões de habitantes vivendo em condições praticamente miseráveis. Lorenzatto diz que valeu a pena:

— E ainda tinha a volta: mais duas horas naquele trânsito forte da Rio/SP e avenida Brasil. No entanto, era bom, porque dava tempo de refletir bastante sobre tudo o que a gente havia observado lá no brizolão.

## FÉRIAS

Lorenzatto confessa-se vivamente impressionado particularmente por ter visto um Ciep, em pleno período de férias.

— Não havia aulas regulares, explica Lorenzatto, mas isso não impedia a presença das crianças no brizolão. Há todo um programa que prevê atividades durante as férias, com os alunos desenvolvendo práticas artesanais, artísticas e esportivas.

Lembrando que as refeições (cinco por dia) continuam sendo fornecidas nos meses de férias, Lorenzatto diz que percebeu claramente que não é só por esta razão que as crianças continuam frequentando o Ciep fora da época de aulas. E cita um episódio que assistiu para justificar sua opinião:

— Um garoto quebrou a caixa de incêndio e, no dia seguinte, seu pai compareceu ao Ciep, com vidro e massa debaixo do braço, pedindo desculpas. O cidadão frisou a importância do Ciep para sua família, dizendo que o local, onde seus filhos comiam, tomavam banho e estudavam, era seu primeiro lar, e, portanto, devia ser mais preservado que sua própria casa.

## COMUNIDADE É QUEM MANDA

Outro ponto que despertou a atenção de Sérgio Lorenzatto foi o fato da comunidade participar ativamente da administração de cada Ciep, independente de posições político-partidárias.

Pude presenciar a demissão de uma alta funcionária que, mesmo sendo irmã de um vereador e candidato a deputado estadual pelo PDT de Nova Iguaçu, não pôde continuar trabalhando ali porque a comunidade achou que ela não tinha absorvido corretamente a filosofia dos Cieps, testemunha Sérgio Lorenzatto.

Lorenzatto chama a atenção também para o fato de todos os

professores e funcionários dos Cieps receberem treinamento especial, com ênfase na realidade da região onde vão atuar.

— Todos, conta Lorenzatto, são formados em cursos de especialização com o objetivo de atender às comunidades onde vão atuar, segundo as necessidades dessas mesmas comunidades.

## MENORES CARENTES

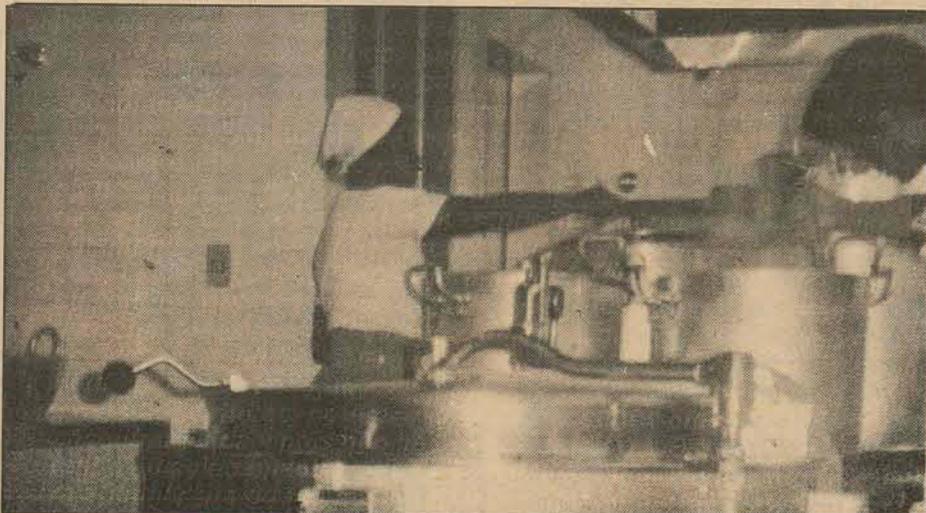
Também impressionou de forma positiva, Sérgio Lorenzatto, a maneira como são atendidos os menores carentes nos Cieps. Em cada unidade, foram construídos alojamentos, masculino e feminino, capazes de abrigar cerca de 15 crianças em idade escolar, sob a responsabilidade de famílias de policiais militares.

Neste Ciep de Nova Iguaçu, Lorenzatto encontrou uma família, cujo chefe é o soldado-bombeiro De Paula que vive ali com sua esposa, dois filhos e mais 16 crianças abandonadas.

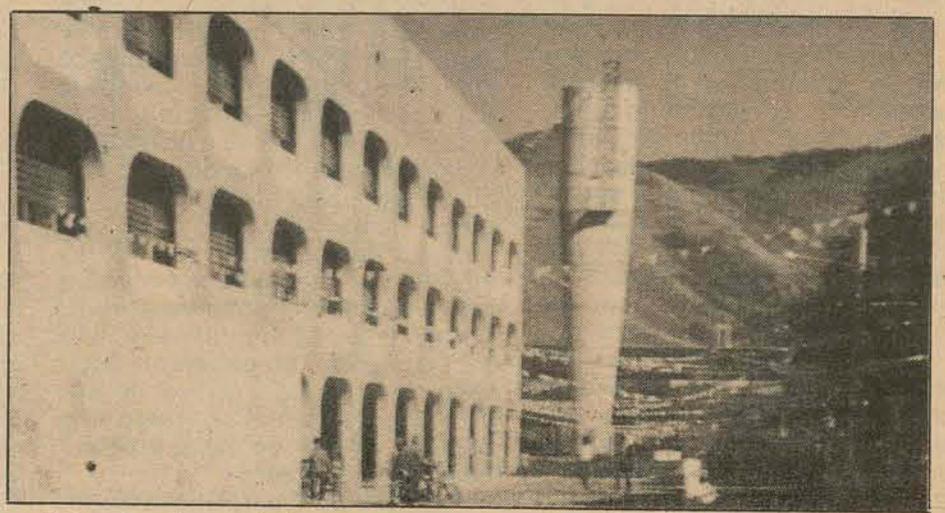
— Eles vivem no brizolão com todas as condições de uma verdadeira família e o Estado se responsabiliza por sua manutenção. Além disso, o PM ou o soldado-bombeiro garante maior segurança ao local, evitando depredações, afirma Lorenzatto.

Indagado sobre a possibilidade de construção de Cieps, em Santa Catarina, Sérgio Lorenzatto se deixa emocionar e fala da grande quantidade de crianças catarinenses sem escola ou com um ensino extremamente deficiente. Lembra que o fato dos cursos de 1º grau serem municipalizados faz com que esteja ocorrendo forte manipulação política das escolas e sonha com um brizolão em Balneário Camboriú, onde iria poder matricular seus quatro filhos nascidos aqui em Santa Catarina.

— Sou radicalmente contrário ao ensino pago e, embora tenha condições de pagar escolas para meus filhos, acho que todos deviam ter acesso à Educação em condições iguais. Isso é que proporciona a integração social necessária à construção de uma Nação livre, soberana e socialmente justa, conclui Sérgio Lorenzatto.



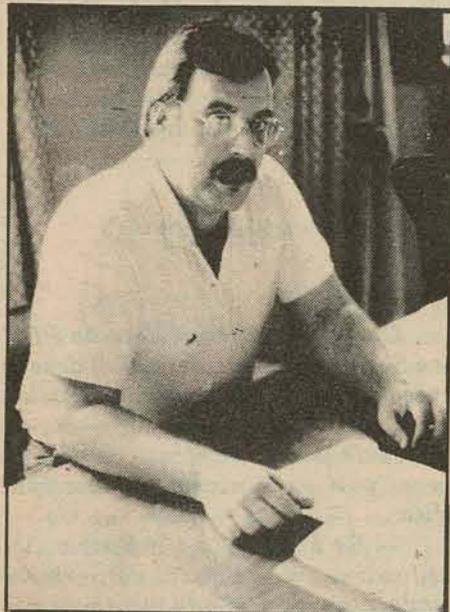
Durante as férias, as crianças recebem cinco refeições diárias.



Mesmo fora do período de aulas, a comunidade utiliza o espaço dos CIEPs para promover festas e reuniões.

## VIOLÊNCIA

# Sistema penitenciário está falido



Leoberto Caon é presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC.

### PRISÃO NÃO REEDUCA

Também advogado criminalista, Leoberto Caon é candidato nas eleições de 15 de novembro, mas para a Assembléia Legislativa.

Por ser vice-presidente da OAB/SC, Caon exerce a presidência da Comissão de Direitos Humanos da entidade e demonstra muita preocupação com o nível de

completamente defasado e seu maior problema é a superpopulação carcerária, argumenta Leoberto Caon.

Lembrando que há uma enorme quantidade de presos que cumprem irregularmente suas penas em Cadeias Públicas, Caon diz que esses estabelecimentos são meros "depósitos de presos".

— Ali, descreve Caon, o prisio-

delas, há possibilidade de recuperação dos detentos.

— O índice de recuperação é muito baixo, bastante inferior aos padrões mínimos aceitáveis. O cidadão é condenado e, geralmente, já vem com o estigma da pobreza e da miséria. Quando sai, sua situação pouco se alterou, pois continua sem profissão definida e com muitas dificuldades para sobreviver. Invariavelmente retorna a cometer crimes, sentencia Leoberto Caon.

### PRESO NÃO VOTA

Para Caon, uma das causas básicas do quadro deficiente do sistema carcerário brasileiro e, especificamente, catarinense, é a falta completa de recursos. Ele afirma que a própria OAB, constantemente realiza estudos para aperfeiçoar o sistema, envia-os ao governo, mas nada é feito.

— Alertamos para a promiscuidade, as faltas de condições físicas dos estabelecimentos penais, as péssimas condições de higiene, a falta de quadros especializados para lidar com os presos, mas fica tudo engavetado nas escrivanihas do poder, conta Caon que sugere haver esse descaso "porque preso não vota"...

Sobre essa questão Leoberto Caon sublinha o fato de já existir um movimento de preso em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul reivindicando o direito de participação nas eleições que escolherão os futuros constituintes.

Esse movimento conta inclusive com o apoio e a simpatia de advogados e juristas de todo o Brasil e uma coisa é certa: a vontade de participar e o inconformismo por perder a cidadania está presente em quase todos os condenados que conheci, completa Caon.



violência atual na sociedade catarinense, sem que sinta existir reais esforços por parte das autoridades na tentativa de solucionar a questão.

— Há o entendimento unânime de que o sistema penitenciário está falido, pois não reeduca o preso. Não dá condições mínimas para que o detento possa retornar ao convívio social. O sistema está

neiro é um desocupado, vive no ócio mesmo, pois nem mesmo as triviais atividades existentes nas penitenciárias (fabricação de vasos, beliches, colchões e artesanatos) são oferecidas a ele.

Segundo Caon, nas três penitenciárias do Estado — Florianópolis, Curitiba e Chapecó — as condições são mais ou menos as mesmas, e, em nenhuma

O que antes era uma característica das grandes metrópolis virou lugar comum também nas cidades médias e pequenas que formam a paisagem urbana de Santa Catarina — aumento do número de assaltos à mão armada, fugas em massa dos presídios, estupros que se repetem quase diariamente, pungruistas agindo à solta, assassinatos.

Atuando há 26 anos como advogado criminalista em Joinville, o candidato a deputado federal, pelo PDT, Benjamin Ferreira Gomes, acha que esse fenômeno é fruto das consequências de uma política econômica perversa aliada à indústria da corrupção que funciona como uma simbiose entre marginais e policiais.

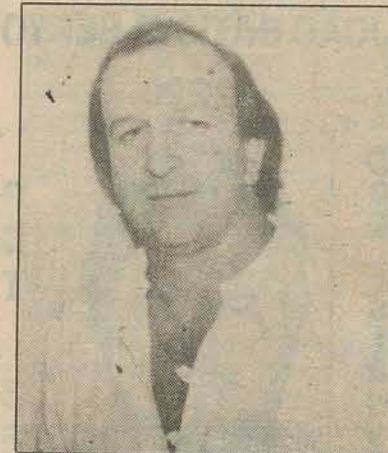
— As fugas das cadeias e penitenciárias se dão, muitas vezes, por negligência proposital de policiais que têm interesse em ver ladrões fora dos presídios, denuncia Benjamin Ferreira Gomes.

Exatamente por isso, o vice-presidente do PDT diz não ter ficado, surpreendido com o resultado da sindicância da penitenciária estadual de Florianópolis que concluiu ter havido "falha humana".

Frisando que "a pena de morte não será a solução para a onda de violência que assola o país". Benjamin Ferreira Gomes diz que na Constituinte terá maior preocupação com a criação de mecanismos de punição rigorosa e efetiva para aqueles que cometem os chamados crimes de colarinho branco.

— O colarinho branco é mais pernicioso, porque lesa o patrimônio público, leva dinheiro para a Suíça e é pessoa abastada e instruída. O ladrão comum, quase sempre, é empurrado pela fome, falta de habitação e educação, para o crime, justifica Benjamin.

Fé - Capacidade - Trabalho  
DEPUTADO ESTADUAL



Vicente A. P D T  
DALCORTIVO Nº 12135

# COM VENENO E COM AFETO

**Leandro Campos**

**BEZERRA DE OURO**

Causa espanto verificar a cara de pau de certos candidatos. O jovem empresário Wilson de Souza usa a máquina da Dudalina e promove um verdadeiro trem-pagador em Blumenau e outros municípios e, depois, vem defender sua candidatura à Constituinte criticando "o abuso do poder econômico".

**ENCHENTE DE LÁGRIMAS**

Depois do sucesso do seu disco com a música *Enchente de Lágrimas*, Wilson Renato sentiu toda sua popularidade na região do Vale do rio Itajaí e decidiu se lançar candidato a deputado estadual pelo PDT.

— Vamos ter os votos das empregadas domésticas, dos vigilantes, dos portuários, enfim de toda essa gente que quer ver Brizola na Presidência da República, justifica seu otimismo.

**O NOME DAS COISAS**

O publicitário Carlito Maia, tradicional militante do PT de São Paulo, está distribuindo cópias xerográficas aos amigos com os belos versos da poetisa portuguesa Sophia de Mello Breyner Andresen, de seu livro *O NOME DAS COISAS*. Parece que é endereçado ao comportamento dos políticos que sustentam a Nova República. Confirmam: Com fúria e raiva acuso o demagogo que se promove à sombra da palavra e da

palavra faz poder e jogo e transforma as palavras em moeda como se fez com o trigo e com a terra.

**ERA ARENÃO OU NÃO**

Logo depois de atingido pelo torpedo da candidatura de Eduardo Milhão Pinho Moreira, o deputado federal Walmor de Luca deu entrevista ao *Jornal de Santa Catarina*, botando a boca no trombone.

— Aventureiros e adesistas de última hora tomam conta do partido, que pode, a continuar neste ritmo, tornar-se um novo Arenão, dizia o deputado que, agora, está só preocupado em arrumar uns votinhos e montou barraca em Florianópolis.

**FALTA DE TEMPO**

O ex-deputado Pedro Ivo Campos, está até o pescoço de trabalho. Esta foi uma das muitas justificativas dadas pelo seu Comitê para seu não comparecimento aos debates promovidos pelas televisões catarinenses com os candidatos a governador.

Realmente deve ser duro administrar o balaio de gatos em que se transformou o PMDB. Se bem que com um grito e uma continência, as coisas devam se ajustar.

**ABORTO LIVRE**

Em debate promovido pelo Diretor de Cultura da Associação dos

Servidores do Departamento Autônomo de Saúde Pública — ASERDASP —, João Batista Berto, o candidato do PDS ao Senado Federal, Américo Faria foi o único que se posicionou abertamente favorável à legalização do aborto no Brasil.

Reinaldo Machado do PT, também candidato ao Senado, disse que seu partido não tem ainda opinião formada sobre o tema, preferindo promover um plebiscito nacional para decidir a questão.

Walmor de Luca, do PMDB, candidato à Constituinte, admitiu que tem dúvidas, e o outro debatedor, Jaison Barreto, defendeu a tese de que "o melhor anticoncepcional é Educação e Saúde para toda a população".

**MULHER SEM PALAVRA**

Parece que Anita Pires, candidata pelo PMDB à Constituinte, confundiu seu slogan de campanha. Depois de dizer que iria sair do partido, voltou atrás e continua defendendo sua candidatura com o brado *Palavra de Mulher*. Talvez fosse melhor como está lá no título.

Em tempo: como é que some assim todo um fichário com as militantes do PMDB-Mulher?

**PESQUISAS PICARETAS**

Atenção aí para as pesquisas que vêm sendo divulgadas. Basta um picareta qualquer criar um questionário fajuto e sair perguntando pelas ruas que, logo depois, surgem os dados mais estapafúrdios sobre a popularidade dos candidatos.

Tem muita gente inocente por aí e também muita gente ganhando grana nas costas dos trouxas.

**PELA PAZ**

Gert Fischer, candidato do PDT ao Senado Federal, defende a desativação das indústrias bélicas brasileiras, pois elas colocam em risco milhares de pessoas em caso de ataque por "potências inimigas". Exemplica:

— Se houver uma indústria significativa em São Paulo, ela seria visada, e, ao ser atingida por um petardo atômico, milhares de pessoas seriam aniquiladas.

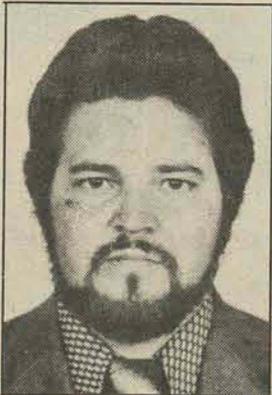
**CHAMANDO A POLÍCIA**

Fazer democracia é sempre mais duro que falar na dita cuja, sem usar os métodos da ditadura. Neste mês de agosto, pudemos assistir dois tristes exemplos desse tipo.

Em Criciúma, o prefeito José Augusto Hulse ficou desesperado com o movimento grevista dos funcionários municipais, e, depois de acusar "interesses políticos inomináveis" (parece até o Armando Falcão falando), ameaçou chamar a polícia para acabar com os piquetes.

Já na FURB, foi a vez do reitor, seu Arlindo, que não contente com seus próprios atos de vandalismo (rasgou cartazes e faixas feitos pelos estudantes), chamou os "home", para reprimir os universitários.

**JOÃO BATISTA BERTO**  
12220



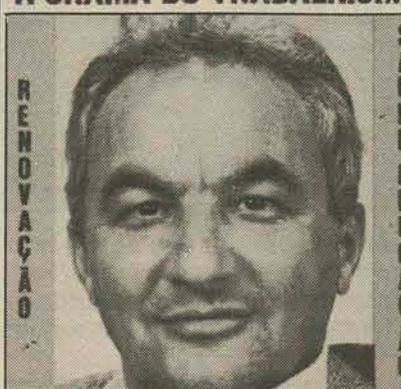
Dep. Estadual  
PDT 86  
COM SOCIALISMO DÁ CERTO

P/DEPUTADO ESTADUAL  
**FALAVINO FERREIRA**



À ALTURA DA VITÓRIA!  
P  
D  
T  
Nº  
12233  
T

**PDT**  
A CHAMA DO TRABALHISMO



RENOVAÇÃO  
SAÚDE EDUCAÇÃO  
**JOSÉ BEL 12134**  
DEPUTADO ESTADUAL

**DEPUTADO ESTADUAL**



Força Jovem  
P  
D  
T  
86  
**JORGE SILVA**  
UNIÃO PARTICIPAÇÃO  
LIBERTAÇÃO

# COM AFETO E COM VENENO

## COERÊNCIA

Do senador Jaison Barreto: "Acho que já estou testado para a vida pública. Conheci a solidão da dignidade e da coerência, e convivi com a solidariedade dos oportunistas".

## MOVIMENTO NEGRO

Jorge Silva, candidato do PDT à Assembléia Legislativa, é um dos raros negros que participam das eleições de 15 de novembro, quando deverão votar, segundo dados do IBGE cerca de 300 mil homens e mulheres da raça negra. Lembrando que há muito tempo os negros não têm representação parlamentar em Santa Catarina, Jorge Silva acha que desta vez a história será diferente, porque já há uma consciência maior.

— Já se constituíram 47 comissões Afro-Catarinenses Pró-Constituinte no Estado, e, até novembro, outras 33 serão instaladas,

abrangendo quase 80 municípios.

## BRINCANDO EM CIMA DAQUILO

Não é gratuito o entusiasmo do empresário Ingo Hering com a política econômica do governo Sarney. Afinal, ele é muito amigo do Ministro da Fazenda, Dílson Funaro, proprietário da Trol, empresa que acaba de adquirir o controle acionário da Brinquedos Hering, uma das poucas empresas do grupo que não anda bem das pernas.

## NO DOS OUTROS É REFRESCO

Com o tal de Plano Cruzado, os aluguéis dispararam, todo mundo sabe disso, mas o imoral mesmo foi o comportamento do chefe de gabinete e concunhado do Ministro João Sayad, José Lobo Braga Jr. Proprietário de um apartamento no Leblom, zona sul do Rio de Janeiro,

Braga começou a pressionar a locatária para poder alugar o imóvel dentro dos novos preços que o "congelamento" passou a permitir. Para conseguir seu intento, usou até a Polícia Federal, pois sabia que o filho da moradora gostava de fumar uns "baseadinhos" de vez em quando.

Conclusão: depois de muita pressão (foi inclusive algemada e presa), a cidadã, finalmente, entregou o apartamento que estava alugado por Cz\$ 2.318,67. Três semanas depois, o mesmo apartamento estava anunciado no Jornal do Brasil por Cz\$ 13.500,00. Sem água.

## CARNE E PEIXE

Do jornalista Newton Rodrigues, da Folha de São Paulo, comentando o congresso do PMDB:

— Na medida em que se pretende ser, ao mesmo tempo, carne e peixe, qualquer organização se desfigu-

ra e esse é o drama que continuará a viver o PMDB, qualquer que seja o resultado obtido nas urnas.

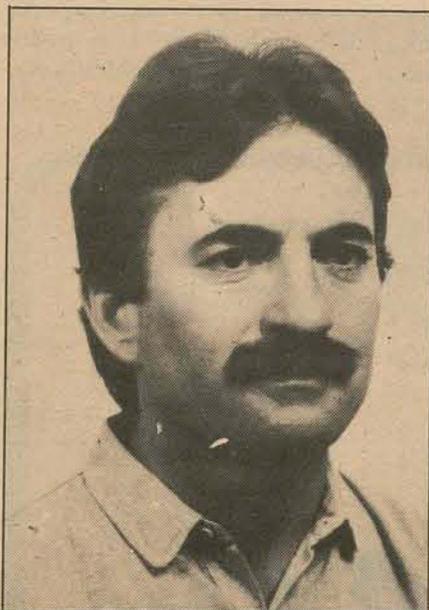
## ANISTIA

No episódio marcado pela farsa de parlamentares de todos os partidos, os professores estaduais têm demonstrado garra e determinação, mas se esquecem de reivindicar algo muito justo — a anistia para todos os grevistas que participaram do movimento em 82 e até hoje estão prejudicados, tendo perdido uma série de direitos assegurados por lei, como licença prêmio e outras vantagens.

## ESCUTA TELEFÔNICA

Ao que consta, é proibida por lei a gravação de conversas telefônicas, principalmente em órgãos públicos. O prefeito Durval Vasel, do PMDB de Jaraguá do Sul, porém não está nem aí para isso e tem controlado todas as ligações dadas da Prefeitura.

## Operários têxteis de Brusque rompem congelamento de salários



O advogado Luis Antônio Cechinel atuou como representante do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Brusque nas negociações com os patrões.

Os trabalhadores da indústria têxtil catarinense deram, neste mês de agosto, demonstração de capacidade de luta que proporcionou importantes vitórias para a categoria, inclusive furando a proibição do governo federal de concessão de aumentos reais dos salários co-

mo conseguiram os operários têxteis de Brusque.

Com data base em maio, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Têxteis de Brusque, através da diretoria presidida por Sani, iniciou a mobilização dos companheiros no dia 04, com a realização de uma Assembléia reunindo cerca de 2.500 operários.

— A reunião, conta Luis Antônio Cechinel, advogado do sindicato e candidato a deputado estadual pelo PDT, não pôde ser realizada na sede da entidade porque havia gente demais. A disposição para a greve era flagrante, e, como era dia do aniversário da cidade, aproveitamos a ocasião e saímos em passeata ordeira e pacífica pelas ruas de Brusque. À frente, empunhando a bandeira do sindicato, Ivo Sani comandava a marcha com a palavra de ordem de aumento salarial já.

### 35 ANOS DEPOIS

Ivo Sani conta que sempre foi muito difícil o trabalho de fortalecimento das lutas sindicais junto aos trabalhadores têxteis de Brusque, pois desde 1951, quando foi realizada uma greve de 32 dias sem resultados positivos pa-

ra a categoria, os operários do setor se mostram reticentes em relação aos líderes sindicais.

— Foi uma greve derrotada que deixou reflexos negativos na categoria até os dias de hoje, admite Sani.

Para Cechinel, que atuou nas negociações com os patrões, a fragilidade do movimento operário em Brusque durante todos esses 35 anos, decorreu também da ausência de lideranças realmente comprometidas com os trabalhadores.

— A liderança de Ivo Sani e a nova postura da direção do sindicato encontraram eco nas bases que se manifestaram reivindicando a partir da realidade das fábricas e dando condições de vitória, explica Cechinel, contente com os 25% de reajuste salarial (para quem ganha mais de 3,5 salários-mínimos, ficou em 10%) conseguidos em 10 de agosto.

### BLUMENAU GANHA MENOS

Já faz parte do folclore sindical brasileiro o fato de nunca ter havido uma greve dos operários têxteis de Blumenau e há razões fortes para isso que não cabe aqui discutir.

Conseguiu-se agora um rea-

juste salarial para a categoria que esteve prestes a entrar em estado de greve na última quinzena de agosto.

Com 34 mil associados, praticamente a metade da mão-de-obra da cidade, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau estava reivindicando aumento de 25%, não alcançado ao final das negociações por intransigência dos patrões e complacência dos dirigentes sindicais.

O exemplo dos trabalhadores têxteis de Brusque deve servir de motivo de reflexão para os operários blumenauenses, principalmente quando se sabe que os patrões vêm experimentando período de vacas gordas.

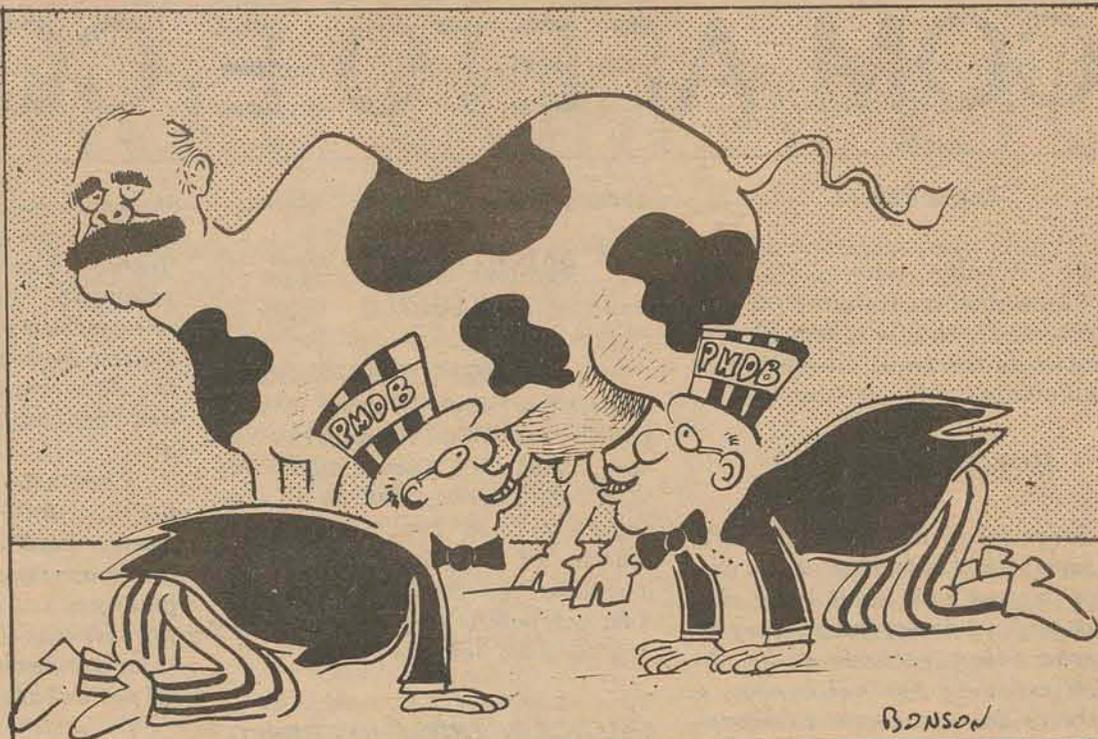
Como assinalou o senador Jaison Barreto em artigo publicado recentemente no JORNAL DE SANTA CATARINA e no DIÁRIO CATARINENSE:

— Na verdade, o Plazo Cruzado beneficiou os industriais que, podendo fazer a maquiagem de seus produtos, ganham mais e não pagam custos mais elevados, pois os salários de seus empregados mantêm-se inalterados. A mais-valia relativa nunca foi tão fácil de se expropriar como agora...

# PMDB não sai da crise, nem larga as tetas

*"Mudei de partido para não mudar de idéias". Jaison Barreto.*

Achiles Ferreira.



**D**urante a ditadura militar foi fundamental a arregimentação de todas as forças democráticas e o canal: o Movimento Democrático Brasileiro, partido criado pelo sistema, mas que, aos poucos, pôde ser usado como instrumento de defesa dos interesses da maioria da população.

Na estratégia da abertura "lenta e gradual", preconizada pelos generais Geisel e Golbery, não se previa o fenômeno Maluf x Tancredo, mas estava claro ser necessário a constituição de um partido com um mínimo de penetração popular, capaz de dar sustentação política a um governo aparentemente civil.

É claro que eles não suportariam eleições diretas para Presidente da

República e ficaram muito felizes com o tal acordo feito com as auto-denominadas esquerdas lideradas pelo senador Fernando Henrique Cardoso.

Todos sabemos as consequências da agonia e morte de Teodoro Neves e o engajamento da assim chamada "Grande Imprensa", capitaneada por Roberto Marinho e seu império Global, à Nova República.

As vésperas do Plano Cruzado via-se muitos parlamentares e líderes do PMDB fazendo críticas violentas ao governo Sarney. No dia seguinte, seguramente em função dos primeiros resultados positivos expressos pela alegria do fim de uma inflação que asfixiava a sociedade brasileira há décadas, nin-

guém mais criticava nada. A euforia gerada pelos meios de comunicação, aliada ao real do cotidiano em que nada aumentava de preço de um dia para outro, inibiu fortemente aqueles que se auto rotularam "progressistas" do PMDB.

Ao mesmo tempo, pudemos assistir o PMDB ser tomado de assalto pelos setores mais reacionários, obtendo-se o silêncio de muitos com a concessão de cargos em ministérios, autarquias e estatais. Se a tradicional frente democrática, contra a ditadura já havia se descaracterizado bastante com a incorporação dos banqueiros do Partido Popular, às vésperas das eleições de 1982, agora então o PMDB perdeu inclusive sua credibili-

dade junto ao povo.

No Brasil toda a tônica tem sido esta e são exceções as secções estaduais do PMDB que mantêm um mínimo de coerência com as lutas e bandeiras do passado. No Pará, está aliado ao PDS de Jarbas Passarinho; na Bahia, recebeu a adesão dos malufistas de Prisco Vianna; no Rio de Janeiro, desenterraram Moreira Franco; em São Paulo, engolem um Quêrcia famoso por negociatas. E assim vai por todo o país.

Aqui em Santa Catarina, além dos conflitos e brigas internas que deixam vaziar acontecimentos escabrosos como o bilhão que o empresário Realdo Guglielmi usou para com-

prar o direito de seu cunhado se candidatar à Constituinte, repetem-se casos de corrupção, cujos exemplos vão de Evilásio Vieira na SUDESUL ao IAPASTUR de Eugênio Doim Vieira e familiares.

E triste verificar que Carlos Drummond de Andrade tem plena razão quando lamenta que "as nossas melhores idéias estão na boca dos nossos piores homens". Acreditamos porém, assim como o fato de Sarney integrar a Academia Brasileira de Letras não faz ser melhor poeta que o mineiro Drummond ou o gaúcho Quintana, que as eleições de 15 de novembro, irão desmascarar quem traiu o povo brasileiro, em troca da ilusão do poder.

1 2 3 4

P  
D  
T

**JAISSON**

CONSTITUINTE PRA MUDAR *Mesmo*